



ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: UM ESTUDO COM GRADUANDOS DE BIBLIOTECONOMIA DA REGIÃO SUDESTE

Marta Leandro da Mata¹ e Helen de Castro Silva Casarin²

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(Unesp) - Brasil

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(Unesp) - Brasil

RESUMO

O presente estudo teve como objetivos parciais verificar a competência informacional de graduandos de biblioteconomia no que se refere aos aspectos éticos e legais relacionados ao uso da informação, bem como comparar com os padrões da ACRL (2000). Para tanto, aplicou-se um questionário eletrônico com 230 estudantes de biblioteconomia de quinze escolas situadas na região sudeste do país. A partir dos resultados, percebeu-se que, quanto à normalização de referências, os participantes apresentaram um desempenho abaixo do esperado, o que comprometer a recuperação de um documento por outras pessoas. Nas outras questões que abordavam temas referentes aos direitos autorais, à propriedade intelectual e ao copyright, a maioria dos participantes demonstrou que possui conhecimentos, condutas e atitudes adequados no que tange a este aspecto.

Palavras-Chave: Competência Informacional; Estudantes de Biblioteconomia; Uso Ético da Informação; Responsabilidade Social.

ABSTRACT

This study aimed to verify the partial information literacy of librarianship undergraduates with regard to ethical and legal issues related to the use of information and compare with the standards of ACRL (2000). To this end, we applied an electronic questionnaire with 230 students from fifteen schools of Library science in southeastern Brazil. From the results it was realized that the standardization of reference, participants showed a performance below expectations, possibly compromising the recovery of a document by others. In the other questions that addressed issues regarding copyright and intellectual property, the majority of participants have shown that knowledge, behaviors and attitudes appropriate in relation to this aspect.

Keywords: Information Literacy; Librarianship Undergraduates; Ethical Use of Information; Social Responsibility.

1 INTRODUÇÃO

O aprendizado relacionado à competência informacional visa tornar os estudantes independentes quanto aos processos informacionais, de modo a influenciar no seu desempenho em sala de aula e no desenvolvimento de trabalhos e/ou pesquisas, preparando-os para agregar valor aos conhecimentos adquiridos durante e após a sua formação.

No exercício da profissão, o bibliotecário tem um papel fundamental na implantação de programas voltados para o desenvolvimento de competências informacionais nas instituições de ensino de todos os níveis, pois se pressupõe que ele possua uma formação que lhe propicie o desenvolvimento de habilidades informacionais, tais como seleção, busca, organização, avaliação, disseminação e recuperação da informação, bem como o uso ético da informação.

Com a implantação de programas dessa natureza pode-se beneficiar a comunidade usuária e, conseqüentemente, a sociedade, contribuindo no desenvolvimento de cidadãos capazes de satisfazer as suas necessidades informacionais por meio do uso de fontes e dos recursos de informação, além de aprender a diferenciá-las, avaliar a sua confiabilidade, utilizá-las e comunicá-las eticamente.

As informações podem influenciar na tomada de decisões dos cidadãos em todos os aspectos da vida: social, econômica, política, profissional e pessoal. Neste sentido, a atuação do bibliotecário enquanto agente promotor da competência informacional torna-se um tema importante a ser discutido.

Dentre os aspectos mencionados, são enfatizadas as questões éticas e legais no uso da informação. Desse modo, a responsabilidade social do bibliotecário fica mais evidente, assim como os seus desafios nesse novo cenário informacional. Assim, Miranda (2004, p.119) destaca que “Educar a si próprios e educar aos outros para a sociedade da informação é um dos grandes desafios para o profissional da informação, e um passo importante para a formação da cultura informacional na sociedade [...]”.

Este estudo apresenta parcialmente os resultados obtidos em uma pesquisa de mestrado (MATA, 2009), que enfocou aspectos da competência informacional dos graduandos de biblioteconomia da região sudeste. Dessa forma, objetivou-se,

em partes, verificar a competência informacional dos participantes em relação aos aspectos éticos e legais que rodeiam o uso da informação e comparar o desempenho deles com o padrão cinco e seus indicadores da *Association of College and Research Libraries* (ACRL) (2000).

2 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

O conceito de competência informacional apareceu em torno da Década de 1970, em um momento em que o fluxo informacional começava a se tornar mais intenso e que as tecnologias de comunicação e informação estavam se expandindo. Percebia-se, já àquela época, uma necessidade de que as pessoas se preparassem para viver em um ambiente que se tornava complexo do ponto de vista informacional.

Acredita-se que o conceito tenha se ampliado à medida que as necessidades de conhecimento da sociedade se modificaram em função de diferentes facetas ligadas à atualidade como, por exemplo, a tecnologia da informação, o que sugere a idéia de um *continuum* (LANGFORD, 1998 *apud* CAMPELLO, 2009).

Segundo Johnston e Webber (2007, p.495, tradução nossa) a competência informacional corresponde “[...] a adoção de um comportamento informativo adequado para a identificação, através de qualquer meio ou canal, da informação adequada às necessidades que nos permitam alcançar um uso inteligente e ético da informação na sociedade”.

Dessa forma, pode-se notar que esta compreende, entre outras habilidades, a de saber definir as necessidades informacionais, bem como a de acessar, buscar, interpretar, utilizar e comunicar a informação de forma ética (ABELL *et al.*, 2004). Os processos informacionais aí envolvidos são interligados, dependentes da avaliação, da reflexão e do raciocínio crítico para a concreta utilização da informação. O uso das tecnologias de informação e comunicação está incorporado em seu conceito, e neste, a fluência na utilização dos mesmos.

Essa competência envolve ainda outros princípios, como o aprender a aprender, que possibilita o aprendizado ao longo da vida, um dos preceitos do Século XXI, indicado no relatório Delors (1998) e por muitos educadores preocupados com a aprendizagem e desenvolvimento dos indivíduos.

De acordo com Dudziak (2003) os componentes que sustentam o conceito de competência informacional são: o processo investigativo; o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida.

Existem formas de desenvolver a competência informacional nos indivíduos, por meio de programas sobre a temática durante os períodos de formação educacional. Tais programas estimulam o aprendizado baseado em recursos, na resolução de problemas, no desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo. Conforme Lecardelli e Prado (2006, p.40) a “[...] competência informacional é uma questão que faz parte do processo educacional a que todos têm direito e seu acesso deve ser divulgado e incentivado”.

No entanto, para que haja a implantação de um programa de competência informacional, um dos principais agentes de sua disseminação e de seu funcionamento deve ser o profissional bibliotecário. É necessário mostrar à instituição as vantagens do programa para o ensino e para o aprendizado dos alunos. De acordo com O’Neil (2005), a biblioteca é responsável por uma parte da formação acadêmica dos estudantes, ensinando-os a usarem-na e usar também as fontes de informação efetivamente.

De acordo com Campello (2009, p.82), “[...] a implementação de programas de letramento informacional implica práticas planejadas, fundamentadas em evidências e teorias, constando de atividades sistemáticas ou seqüenciais”. As atividades sistemáticas de instrução dos programas de competência informacional podem ser oferecidas através de tutoriais tradicionais com os estudantes (presentes) e à distância, cursos, disciplinas optativas ou obrigatórias, e podem receber variados nomes, dentre os quais o de instrução. A escolha destas possibilidades depende de aspectos institucionais, dos docentes e da biblioteca onde o programa será implementado.

Ressalta-se que a competência informacional faz parte de um processo que se constrói conjuntamente com os educadores e com as instituições de ensino, auxiliando-os a alcançar as suas metas em relação à formação dos indivíduos e ao seu desenvolvimento como profissionais e cidadãos, pois “[...] é algo trabalhado continuamente, observando, interpretando, compartilhando, questionando, elaborando críticas, hipóteses e explicações” (CAVALCANTE, 2006, p.57). Ainda

complementa Dudziak (2008, p.51), mencionando que “[...] a competência informacional se constrói sobre um trabalho colaborativo que vai muito além dos limites da biblioteca e mesmo das instituições de ensino”.

No planejamento do programa recomenda-se utilizar alguns materiais de apoio, tanto para sua estruturação (ACRL, 2003a; 2003b) quanto para o estabelecimento de conteúdos a serem trabalhados com os estudantes (ACRL, 2000). Este último se refere aos padrões de competência informacional para o ensino superior, que têm por finalidade auxiliar os profissionais envolvidos no programa na elaboração do conteúdo a ser administrado, bem como na avaliação de habilidades ligadas aos processos informacionais. Ele está estruturado em cinco padrões, vinte e dois indicadores de desempenho e os resultados esperados. A seguir os padrões são apresentados (ACRL, 2000):

- Determinar a natureza e o nível de sua necessidade de informação;
- Acessar a informação necessária eficaz e eficientemente.
- Avaliar a informação e suas fontes de forma crítica e incorpora a informação selecionada a seus conhecimentos básicos e a seu sistema de valores;
- Utilizar a informação eficazmente para alcançar um propósito específico;
- Compreender muitos problemas e questões econômicas, legais e sociais que rodeiam o uso da informação e acessar e utilizar a informação de forma ética e legal.

No que se refere, especificamente, ao *Padrão 5* (cinco), ele tem por finalidade que o estudante compreenda e aplique em múltiplos contextos as políticas informacionais nacionais e internacionais (como os direitos autorais e o *copyright*). Visa, ainda, que ele demonstre entendimento das convenções e implicações científicas, do mercado de comunicações de massa, das publicações que não têm como consequência a geração de lucros, da interação ética entre informação e tecnologia; e que reconheça as implicações sociais inerentes aos sistemas e à produção da informação (FRANÇOIS, 2006).

Observando as mudanças ocorridas nas formas de disseminação e acesso à informação em diversos ambientes e, principalmente, pelo acesso por meio das tecnologias de informação e comunicação, as questões éticas devem ser enfatizadas e debatidas, visto que trazem consigo diversas consequências e “uma

profunda influência nas normas, princípios e valores que norteiam a vida social dos indivíduos, bem como dos pesquisadores, dos profissionais da informação e dos usuários de unidades de informação” (STUMPF, 2010, p.1).

A competência informacional vem para preencher as necessidades ocasionadas pelo excesso de informação da sociedade atual, a qual requer que as pessoas saibam lidar com o universo informacional e com seus processos de maneira eficiente, exigência que corrobora com o aprender a aprender e com o aprendizado ao longo da vida, bem como para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

A seguir, se apresenta os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa para verificar a competência informacional dos graduandos de biblioteconomia da região sudeste no que refere aos aspectos éticos e legais no uso da informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo da pesquisa foi constituído de graduandos de biblioteconomia que estavam cursando o último ano (7º ou 8º período/ semestre) das escolas de biblioteconomia da região sudeste. No total, colaboraram com a pesquisa 15 escolas, sendo que 60% (9) eram instituições públicas (estaduais e federais), com 120 participantes, e 40% (6), instituições privadas, com 110 participantes, ou seja, um total de 230 alunos participantes.

O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi um questionário eletrônico, que possibilitou a sua aplicação a uma população ampla, produzindo resultados representativos da população que está sendo pesquisada, além da familiaridade que os participantes possuem com este tipo de instrumento (RADCLIFF *et al.*, 2007).

O questionário foi elaborado com base nos *padrões* da ACRL (2000) com o auxílio dos *Objetivos* (ACRL, 2001), utilizando-se, ainda, outras fontes, como a obra *Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais* (CAMPELLO; CENDÓN; KREMER, 2007) e instrumentos de coleta de dados baseados na literatura no que se refere à competência informacional no ensino superior, com ênfase nos aspectos

éticos e legais no uso da informação (UBMC, 2003; CARRANGA, 2008). A seguir se apresenta os resultados obtidos.

4 RESULTADOS FINAIS

Os dados coletados foram tabulados e a análise foi realizada de modo quantitativo. Foi realizada também uma comparação entre os resultados e os padrões (ACRL, 2000) visando verificar se os participantes compreendem os aspectos éticos e legais relacionados ao uso da informação.

Nesse sentido, quatro perguntas foram direcionadas a estes aspectos. Na primeira abordou-se a questão da normalização, conforme a norma vigente no país, a NBR 6023:2002, que possui influência direta na recuperação de um documento por outras pessoas, bem como está relacionada à questão ética, pois ao citar corretamente um documento atribui-se os créditos devidos ao(s) autor(es). Nas questões seguintes são enfatizados os assuntos ligados à propriedade intelectual e ao plágio. Os resultados são apresentados a seguir.

A normalização documentária é uma das atividades exercidas pelos bibliotecários. No Brasil, as normas produzidas pelas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) são consideradas um dos instrumentos de trabalho mais importantes para este profissional. Para a primeira questão, utilizou-se, especificamente, a norma de referências (NBR 6023:2002), que estabelece os elementos a serem constituídos em referências e as convenções para transcrição e apresentação da informação originada do documento e outras fontes de informação (ABNT, 2002), de forma a possibilitar a recuperação e a disseminação de informações, que também tem relação direta no que diz respeito aos direitos autorais.

Nesse sentido, perguntou-se aos participantes como um evento no todo deveria ser referenciado, disponibilizando, para tanto, cinco exemplos (alternativas) de referências, a qual somente uma resposta estava correta, a seguir mostra-se os resultados obtidos:

Tabela 1 - NBR 6023:2002 para evento no todo.

Opções	Total	%
Acertos	121	53
Erros	109	47
Total	230	100

Conforme resultados, a maioria dos participantes acertou a resposta correspondendo a 53% (121), enquanto um índice considerável de participantes, 47% (109), não acertou. Ao comparar os resultados da presente pesquisa com a desenvolvida por Carranga (2008) com um grupo de participantes que estudam no curso de biblioteconomia também, pode-se encontrar resultados parecidos sobre este assunto. Nesse sentido, observa-se que os mais variados estudantes do referido curso possuem um conhecimento abaixo do esperado sobre como referenciar este tipo de fonte de informação de acordo com a norma mencionada.

A NBR 6023 (2002) é um instrumento de trabalho do bibliotecário, utilizada constantemente, tanto na correção de trabalhos quanto no ensino dessas normas para os estudantes. Considerando-se que quase a metade dos participantes errou a resposta, este parece ser um ponto frágil nos conhecimentos específicos dos estudantes.

Apesar de as normas estarem disponíveis para o bibliotecário utilizar na maioria dos locais de trabalho, não sendo necessário memorizá-las, ressalta-se que quando constantemente utilizadas, assimila-se melhor o modo de realizar a normalização. Isso indica que este tipo de fonte não é muito utilizado pelos participantes. Os resultados foram comparados com os padrões da ACRL (2000), conforme Quadro 1.

Normalização versus Padrão 5	
Indicador de desempenho 5.3 – 2.5	1.1.a Resultados esperados
5.3 Reconhece o uso das fontes de informação na comunicação do produto ou dos resultados	5.3.a Fazer a indicação correta e consistente das fontes consultadas
(Recomendada) 2.5 Extração, registro e gerenciamento da informação e suas fontes	2.5.c Diferenciar entre os tipos de fontes citadas e compreender os elementos e a sintaxe correta de uma citação para uma ampla faixa de recursos
Resultados alcançados	
A maioria dos participantes atende aos requisitos mencionados nos padrões, pois consegue compreender os elementos que compõem uma referência, apresentando-as corretamente, mas ainda assim uma quantidade considerável (47%) teve dificuldade e não conseguiu identificar a ordem dos elementos de uma referência de um evento no todo.	

Quadro 1 – Comparação dos resultados da normalização com os padrões.

A seguir, as três questões abordaram aspectos sobre os direitos autorais, pois, conforme a Lei 9.610 (BRASIL, 1998), quando uma obra é utilizada, deve-se indicar o nome do autor e a origem dela. Se o autor encontrar partes ou a obra no todo sem ser referenciada tem direito de processar quem a utilizou sem cumprir as exigências determinadas pela legislação brasileira.

Dessa forma, na questão que é apresentada a seguir, foi solicitado aos participantes que dissessem quando citam o material utilizado durante o desenvolvimento de um trabalho:

Tabela 2 – Citação do material utilizado durante a pesquisa.

Opções	Total	%
Quando você cita uma frase do artigo, usando aspas	131	34,3
Quando você escreve o que foi dito no artigo com suas próprias palavras	87	22,8
Todas as anteriores	78	20,4
Quando você copia um parágrafo inteiro	75	19,6
Nenhuma das anteriores	7	1,8
Eu não sei	4	1
Total	382	100

De acordo com a Tabela 2, a maioria dos participantes, 34,3% (131), respondeu que *cita uma frase do artigo usando aspas*; 22,8% (87) *escrevem o que foi dito no artigo com suas próprias palavras*; 20,4% (78) indicaram *todas as opções anteriores*; 19,6% (75) *quando copiam um parágrafo inteiro*. Com essas atitudes eles demonstram que comunicam o produto informacional com reconhecimento da propriedade intelectual (LAU, 2006). Dos que responderam errado, 1,8% (7) indicaram *nenhuma das anteriores* e os 2% (4) indicaram *não sei*.

A maioria dos participantes costuma realizar citação direta do documento quando os utiliza, respeitando os direitos autorais. Na pesquisa de Campello e Abreu (2005) também foram abordados os procedimentos de citação com os graduandos de biblioteconomia da UFMG e constatou-se que eles obedeciam às normas, realizando citações diretas e apresentando a referência completa.

Pode-se notar que em ambas as pesquisas com participantes que realizam o mesmo curso de graduação há uma preocupação na utilização de forma correta de citações, indicando a importância no uso de normas de documentação e, conseqüentemente, do uso ético e legal da informação.

Na questão seguinte, solicitou-se aos participantes que indicassem quais as implicações da falta de uma referência ou de dados incompletos em um trabalho.

Tabela 3 – Implicações da falta de referências.

Opções	Total	%
É a apropriação da idéia de outra pessoa	172	29,97
Prejudica a recuperação do documento citado	172	29,97
Prejudica a consistência da informação	137	23,87
É um desrespeito às Normas de Documentação	78	13,59
Favorece a autenticidade do trabalho	12	2,09
Não sei	3	0,52
Total	574	100

Na Tabela 3, todas as opções estão corretas exceto a quinta alternativa, *favorece a autenticidade do trabalho*, colocada como opção com a finalidade de identificar se os alunos saberiam diferenciar as implicações do plágio e, por fim, no caso de não saberem a resposta correta, tinham como opção *não sei*.

Nesta questão era possível assinalar mais de uma resposta. Os participantes consideram que as implicações em relação à ausência de dados de uma referência ou à ausência de uma referência implica *na apropriação da idéia de outras pessoas*, 29,97% (172); *prejudica a recuperação do documento citado*, 29,97% (172); *prejudica a consistência da informação*, 23,87% (137); *é desrespeito às normas de documentação*, 13,59% (78); *favorece a autenticidade do trabalho*, 2,09% (12), e *não sabem* 0,52% (3).

Na pesquisa de Carranga (2008), assim como nesta pesquisa, a maioria dos participantes também apontou que *prejudica a recuperação do documento* e que consiste na *apropriação da idéia de outra pessoa*.

Assim, observa-se que os participantes entendem o que a ausência de uma referência pode implicar em plágio, demonstrando compreensão e respeito ao uso ético da informação, conforme as diretrizes apontadas por Lau (2006). Nesta questão abordam-se, também, os aspectos relacionados à recuperação do documento pelos usuários, os quais têm a ver com uma das funções do bibliotecário.

Os bibliotecários também devem trabalhar com estes aspectos com seus usuários, considerando-se que são profissionais que têm o papel de instruir os usuários no uso da informação (competência informacional).

Na questão seguinte, discorreu-se sobre o uso de informações no desenvolvimento de uma pesquisa, solicitando-se aos participantes que dissessem o que faziam em relação aos documentos e aos autores utilizados na elaboração da mesma. As opções e os resultados obtidos são os apresentados:

Tabela 4 – Forma de apresentação das informações utilizadas numa pesquisa.

Opções	Total	%
Apresenta uma combinação de reflexões e opiniões suas e dos autores utilizados	185	38,22
Apresenta as opiniões do autor(s) em citações diretas (com aspas)	135	27,89
Apresenta as opiniões do autor(s) em citações indiretas (sem aspas)	95	19,63
Apresenta o que você acredita que o autor(s) disse	49	10,12
Apresenta somente suas próprias opiniões	8	1,65
Apresenta o que você pensa que seu professor quer ouvir, mesmo que não coincida com a opinião dos autores	7	1,45
Nenhuma das anteriores	5	1,03
Total	484	100

Os participantes podiam assinalar mais de uma opção, sendo que as três primeiras opções estavam corretas, que foram as mais indicadas: *apresentam uma combinação de reflexões suas e dos autores*, 38,22% (185), seria a opção ideal; *apresentam as opiniões de autores em citações diretas*, 27,89% (135); *apresentam as opiniões dos autores em citações indiretas*, 19,63% (95), estas duas indicações comprovam o uso de normas de documentação pelos participantes.

As quatro posteriores estavam erradas, que são: *apresentam o que acreditam que os autores disseram*, 10,12% (49); *apresentam somente suas próprias opiniões*, 1,65% (8), neste caso, o participante não apresenta nem comprovação e nem consistência nas informações exigidas para este tipo de trabalho, apresentando, então, opiniões ou achados; e *apresentam o que pensam que os professores gostariam de ouvir*, 1,45% (7), o que pode estar representar insegurança, dependência em relação ao professor e provavelmente interesse apenas na nota, abstendo-se de ter um aprendizado reflexivo, baseado nas informações coletadas; e, por fim, a opção *nenhuma das anteriores*, 1,03% (5).

Aspectos éticos e legais que envolvem o uso da informação versus padrão 5	
Indicador de desempenho 5	Resultados esperados
5.1 Compreensão dos aspectos dos muitos temas éticos, legais e socioeconômicos em torno da informação e das tecnologias de informação	5.1.d Demonstrar compreensão da propriedade intelectual, copyright e utilização justa do material com direito autoral
5.2 Seguir leis, regulamentos, políticas institucionais e etiquetas relacionadas ao acesso e uso dos recursos informacionais	5.2.f Demonstrar que compreende o que constitui o plágio e não apresentar trabalho atribuível a outros como seu próprio
5.3 Reconhece o uso das fontes de informação na comunicação do produto ou dos resultados	5.3.a Utilizar estilo e forma de redação apropriada, com a indicação correta e consistente das fontes consultadas
Resultados alcançados	
A maioria dos participantes atendeu aos requisitos mencionados nos padrões, pois normalmente costuma apresentar trabalhos com suas reflexões e com base em outras fontes de informação, mencionando-as nas referências; entende os aspectos éticos e legais que envolvem os direitos autorais, o copyright e a propriedade intelectual.	

Quadro 2 - Comparação dos resultados dos aspectos éticos e legais que envolvem o uso da informação versus padrão 5.

Pelos resultados gerais obtidos, nota-se que a maioria dos participantes possui conhecimentos, atitudes e condutas que demonstram respeitar os aspectos éticos e legais que envolvem o uso da informação, de modo a atender os preceitos mencionados nos padrões da ACRL (2000), mas ainda assim existem alguns aspectos a serem enfatizados durante o curso de graduação.

Os participantes como futuros bibliotecários precisam estar atentos às leis de direitos autorais nacionais e internacionais para ensinar aos seus usuários quais são as suas obrigações ao utilizar as informações contidas nas obras. Somente tendo estes conhecimentos e atitudes éticas, o bibliotecário possui condições de ensinar outras pessoas a respeitarem os aspectos que envolvem o uso legal da informação.

Em algumas instituições de biblioteconomia e ciência da informação da Europa existem disciplinas relacionadas, especificamente, aos aspectos éticos da informação, que discutem questões sobre a propriedade intelectual, copyright, sobre as leis de direito autoral, sobre as políticas informacionais da União Européia, dentre outros assuntos (VRANESH *et al.*, 2005).

Conclui-se que os aspectos relacionados com o uso ético e legal da informação devem ser trabalhados de modo mais intenso durante a formação dos bibliotecários. Por mais que a maioria dos participantes do último ano de biblioteconomia da região sudeste demonstrou respeitar e compreender tais aspectos, é importante enfatizá-los.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A competência informacional é constituída por processos, que estão ligados à capacidade de definir as necessidades informacionais, selecionar, acessar, avaliar, utilizar e comunicá-la de maneira ética e responsável. Todos esses processos envolvem a capacidade de avaliação e de pensamento crítico.

Adquirir a competência informacional para a utilização da informação de maneira efetiva torna-se cada vez mais uma necessidade para viver na sociedade da informação, pois esta representa uma significativa mudança na ordem social, econômica e política, causada pelo uso intensivo da informação e das tecnologias.

A competência informacional também ressalta os aspectos relacionados com a responsabilidade social, que o bibliotecário tem condições de desenvolver como profissional, colaborando para o desenvolvimento de aprendizes autônomos em relação ao universo informacional e seus processos e como cidadão, aptos para tomarem decisões baseadas em critérios avaliativos informacionais, agregando valor ao aprendizado obtido na formação profissional/ educacional e na vida diária, de modo a contribuir para o progresso da sociedade.

Nesse sentido, como se ressaltou anteriormente, as bibliotecas e os bibliotecários possuem funções e papéis primordiais para a implementação da competência informacional nas instituições de ensino. São os profissionais que devem levar adiante os seus preceitos para mostrar aos professores e instituições os benefícios da formação educacional dos indivíduos com base na competência informacional.

No que se refere, especificamente, aos aspectos éticos e legais que envolvem o uso da informação, pode-se perceber que quanto à normalização, os participantes apresentaram algumas dificuldades, o que pode comprometer a recuperação de um documento por outras pessoas, assim como tem relação com a questão ética, pois ao citar corretamente um documento atribui-se os créditos devidos ao(s) autor(es). Com relação aos direitos autorais, à propriedade intelectual e ao copyright, a maioria dos participantes demonstrou que possui conhecimentos, condutas e atitudes, indicando a compreensão desses aspectos. No Brasil, há uma necessidade de

pesquisas aprofundadas sobre os aspectos éticos e legais que envolvem o uso da informação nos cursos de biblioteconomia e na literatura da área.

Na maioria das pesquisas com graduandos de biblioteconomia (CAMPELLO; ABREU, 2005; POSSOBON, 2005; MELO, 2008; CARRANGA, 2008), foram encontrados alguns pontos frágeis e fortes no que se refere à competência informacional. Com o diagnóstico realizado, fica evidente a necessidade de os cursos formadores se aterem a estes aspectos e enfatizarem o pleno desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados com o universo informacional e os seus processos.

REFERÊNCIAS

- ABELL, A. *et al.* Alfabetización en información: la definición de CILIP (UK). **Boletín de Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, n.77, p.79-84, dez. 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information Literacy competency for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/ilcomstan.html>>. Acesso em: 06 jan. 2007.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. Objetivos de formación para la alfabetización en información : un modelo de declaración para bibliotecas universitarias. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, n.65, p.47-71, dez. 2001.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. Características de los programas de alfabetización en información que sirven como ejemplo de las mejores prácticas. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, n.70, p.67-72, 2003a.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Guidelines for Instruction Programs in Academic Libraries**. Chicago: ALA, 2003b. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/standards/guidelinesinstruction.cfm>>. Acesso em: 10 mar. 2008.
- BRASIL. Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre os direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 de fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l9610.htm>. Acesso em: 28 jul. 2008.
- CAMPELLO, B. dos S. **Letramento informacional**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 203f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- CAMPELLO, B. dos S.; ABREU, V. L. F. G. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.178-193, jul./dez. 2005.

- CAMPELLO, B. dos S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- CARRANGA, G. A. **Competência informacional no contexto acadêmico: um estudo com concluintes do curso de Biblioteconomia**. Marília: Unesp, 2008. 114f. TCC (Graduação) – Curso de Biblioteconomia – Universidade Estadual Paulista.
- CAVALCANTE, L. E. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v.2, n.2, p.47-62, dez. 2006.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.
- DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.23-35, jan./abr. 2003.
- DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência informacional no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.18, n.2, p.41-53, maio./ago. 2008.
- FRANÇOIS, O. Information, social context, and ethical and legal issues. In: NEELY, T. Y. **Information literacy assessment: Standards-based tools and assignments**. Chicago: ALA, 2006. p.114-135
- JOHNSTON, B.; WEBBER, S. Como podríamos pensar: alfabetización informacional como una de la era de la información. **Anales de documentación**, Murcia, n.10, p.491-504, 2007.
- LAÚ, J. Learning assessment. In: **Guidelines on Information Literacy for lifelong learning**. Universidad Veracruzana: Unidad de Servicios Bibliotecarios y de Información, 2006. cap.9; p.42-47. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s42/pub/IL-Guidelines2006.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- LECARDELLI, J.; Prado, N. S. Competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2001 a 2005. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v.2, n.2, p.21-46, dez. 2006.
- MATA, M. L. **A competência informacional de graduandos de Biblioteconomia da região sudeste: um enfoque nos processos de busca e uso ético da informação**. Marília: Unesp, 2009. 167f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista.
- MELO, A. V. C. de. **Análise do desenvolvimento dos estágios de competência informacional em estudantes do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2008. 451f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade Federal do Paraíba.
- MIRANDA, S. V. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.2, p.112-122, maio./ago. 2004.
- O'NEIL, P. M. B. **Development and validation of the beile test of information literacy for education (B-TILED)**. Florida: UCF, 2005. 271f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Filosofia - Universidade Central da Florida.
- POSSOBON, K. R. *et al.* Alfabetização informacional: um estudo do nível de competências dos calouros do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: FEBAB, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10288>>. Acesso em: 18 mar. 2008.

RADCLIFF, C. J. *et al.* **A practical guide to information literacy assessment for academic librarians**. Londres: Libraries, 2007. 177p.

STUMPF, K. Abordagens recentes sobre ética no campo da ciência da informação no Brasil. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.11, n.6, p.1-14, dez. 2010. Disponível em: < http://www.datagramazero.org.br/dez10/Art_02.htm>. Acesso em: 10 abr. 2011.

UBMC. **Information literacy survey**. Disponível em: <<http://aok.lib.umbc.edu/informationliteracy/facultyinfolit.php>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

VRANESH, A. *et al.* The information society: barriers to the free access to information. In: KAJBERG, L.; LORRING, L. (Eds.). **European curriculum reflections Library and Information Science education**. Dinamarca: The Royal School of Library and Information Science, 2005. p.101-120